

Demonstrações Contábeis

GRUPO SOLUÇÃO EM GESTÃO

CNPJ: 21.248.225/0001-31

31 de dezembro de 2024 e 2023

Com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações Contábeis

GRUPO SOLUÇÃO EM GESTÃO

CNPJ nº 21.248.225/0001-31

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023 (em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO	5.320.701,87	5.513.767,90
ATIVO CIRCULANTE	5.068.433,10	5.305.726,71
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.065.665,40	599.281,90
Bancos Conta Movimento	809.413,17	65.321,13
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	1.256.252,23	533.960,77
CRÉDITOS	3.002.767,70	4.706.444,81
Valores a Receber NFSE Emitida	771.761,58	2.206.008,03
Valores a Receber Pendentes	2.231.006,12	2.500.436,78
ATIVO NÃO CIRCULANTE	252.268,77	208.041,19
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	138.140,55	128.868,29
Saldos Bancários Bloqueados	138.140,55	128.868,29
IMOBILIZADO	114.128,22	79.172,90
Utensílios	9.375,00	9.375,00
Mobiliários	80.851,00	80.851,00
Máquinas e Equipamentos	70.023,66	23.110,45
Bens Recebidos em Comodato	3.220,00	3.220,00
(-) Depreciação Acumulada	(49.341,44)	(37.383,55)

	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO	5.320.701,87	5.513.767,90
PASSIVO CIRCULANTE	1.563.418,06	1.806.818,27
Prestadores de Serviços a pagar	311.162,05	224.765,00
Empréstimos Bancários	0,00	645.952,52
INSS a Recolher	177.693,54	150.767,61
FGTS a Recolher	55.894,51	52.105,27
Outros Tributos a Recolher	58.648,69	69.875,37
Obrigações Trabalhistas a Pagar	496.164,00	444.246,55
Parcelamentos Tributários	443.299,20	213.665,74
Autônomos a Pagar	9.556,07	5.440,21
Honorários Profissionais a Pagar	11.000,00	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	604.002,62	505.124,32
Parcelamentos Tributários	570.782,62	501.904,32
Provisão para Contingências Jurídicas	30.000,00	0,00
Bens Recebidos em Comodato	3.220,00	3.220,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.153.281,19	3.201.825,31
Patrimônio Social	3.201.825,31	2.672.790,24
Superávit / Déficit do Exercício	(48.544,12)	529.035,07

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

GRUPO SOLUÇÃO EM GESTÃO
CNPJ nº 21.248.225/0001-31
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
Exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023 (em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL	18.238.143,80	23.042.087,17
Serviços Prestados na Área da Saúde	17.898.633,46	22.662.367,17
Repasso Projeto Te Acolhe	330.000,00	360.000,00
Doações	9.510,34	19.720,00
(-) DEDUÇÕES	(1.188.031,02)	(452.847,35)
(-) ISSQN	(357.972,68)	(452.847,35)
(-) NF Canceladas	(830.058,34)	0,00
SUPERÁVIT BRUTO	17.050.112,78	22.589.239,82
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(18.226.049,34)	(22.530.265,88)
(-) Salários e Encargos Trabalhistas	(6.635.179,26)	(6.442.743,51)
(-) Serviços Prestados por PJ	(6.489.926,43)	(11.857.838,56)
(-) Despesa Previdência Social	(1.852.325,59)	(1.611.379,74)
(-) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	(582.768,86)	(567.515,09)
(-) Honorários Profissionais	(220.550,00)	(204.600,00)
(-) Autônomos	(169.283,02)	(363.266,50)
(-) Outras Despesas Administrativas	(787.304,93)	(744.575,76)
(-) Aluguel de Imóveis e Equipamentos	(78.601,40)	(115.296,74)
(-) Aluguel e Despesas de Veículos	(559.890,43)	(549.440,07)
(-) Depreciação de Bens Móveis	(11.957,89)	(11.312,02)
(-) Provisão para Contingências	(30.000,00)	0,00
(-) Perdas com Créditos de Clientes	(745.667,19)	0,00
(-) Despesas Tributárias	(62.594,34)	(62.297,89)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.327.692,31	675.422,10
Ganhos de Créditos Tributários Recuperados	1.327.692,31	675.422,10
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	151.755,75	734.396,04
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	200.299,87	205.360,97
Despesas Financeiras	(557.388,40)	(205.360,97)
Receitas Financeiras	359.107,27	0,00
Tributos sobre Receitas Financeiras	(2.018,74)	0,00
SUPERÁVIT (DÉFICIT) LÍQUIDO PERÍODO	(48.544,12)	529.035,07

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

GRUPO SOLUÇÃO EM GESTÃO
CNPJ nº 21.248.225/0001-31
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023 (em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS		
<i>Superávit (Déficit) do Exercício</i>	(48.544,12)	529.035,07
Depreciações e Amortizações	11.957,89	11.312,02
Origens Geradas Pelas Operações	(36.586,23)	540.347,09
(-) Aumentos do Ativo	1.694.404,85	223.120,58
(Aumento) Redução Valores a Receber NFSE Emitida	1.434.246,45	854.067,24
(Aumento) Redução Valores a Receber Pendentes	269.430,66	(800.917,11)
(Aumento) Redução Créditos Tributários	0,00	111.250,45
(Aumento) Redução Outras Contas A Receber	0,00	5.400,00
(Aumento) Redução Bloqueios Contas Bancárias	(9.272,26)	53.320,00
(-) Aumentos do Passivo	501.430,61	(556.174,72)
Aumento (Redução) Fornecedores e Prestadores a Pagar	101.512,91	(237.069,64)
Aumento (Redução) Obrigações Trabalhistas	55.706,69	121.223,75
Aumento (Redução) Obrigações Tributárias	15.699,25	(104.880,22)
Aumento (Redução) Outras Contas a Pagar	0,00	(476,04)
Aumento (Redução) Provisão para Contingências	30.000,00	0,00
Aumento (Redução) Parcelamentos Tributários	298.511,76	(334.972,57)
Disponibilidades Geradas Pelas Operações	2.159.249,23	207.292,95
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(645.952,52)	(214.448,55)
Aumento (Redução) Empréstimo de Curto Prazo	(645.952,52)	(214.448,55)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(46.913,21)	(2.594,43)
Aquisição de Bens do Imobilizado	(46.913,21)	(2.594,43)
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	1.466.383,50	(9.750,03)
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.466.383,50	(9.750,03)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	2.065.665,40	599.281,90
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	599.281,90	609.031,93

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

GRUPO SOLUÇÃO EM GESTÃO
CNPJ nº 21.248.225/0001-31
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023 (em Reais)

	Patrimônio Social	Resultado do Período	Total do Patrimônio Líquido	Resultados Abrangentes	Total dos Resultados Abrangentes
Saldo em 31/12/2022	2.239.789,63	433.000,61	2.672.790,24	0,00	2.672.790,24
Transferência para o Patrimônio Social	433.000,61	(433.000,61)	0,00	0,00	0,00
<i>Superávit</i> do período	0,00	529.035,07	529.035,07	0,00	529.035,07
Saldo em 31/12/2023	2.672.790,24	529.035,07	3.201.825,31	0,00	3.201.825,31
Transferência para o Patrimônio Social	529.035,07	(529.035,07)	0,00	0,00	0,00
<i>Déficit</i> do período	0,00	(48.544,12)	(48.544,12)	0,00	(48.544,12)
Saldo em 31/12/2024	3.201.825,31	(48.544,12)	3.153.281,19	0,00	3.153.281,19

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

GRUPO SOLUÇÃO EM GESTÃO
CNPJ nº 21.248.225/0001-31
Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em
31/12/2024 e 31/12/2023 (em Reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O **GRUPO SOLUÇÃO EM GESTÃO** está certificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP e habilitado para estabelecer parcerias com as três esferas públicas, dentro de seu objeto social. A Entidade possui objetivos sociais e normas estatutárias de acordo com os requisitos da Lei nº 9.790/1999, que qualifica pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, permitindo-as firmar Termos de Parceria com o Poder Público para realizar atividades de interesse público, mediante requisitos específicos e controle de resultados. Essa lei foi atualizada e complementada por legislações posteriores, como a Lei nº 13.019/2014, que estabeleceu o regime de parcerias voluntárias. O Grupo está sediado no município de Novo Hamburgo - RS e conta com profissionais de diversas áreas especializadas para atender as demandas necessárias dos seus contratos. A gestão é compartilhada, proporcionando aos municípios uma padronização e objetividade nos atendimentos. Todos os processos que envolvam licitações, seleções e prestação de contas são realizados de maneira transparente.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais incluem as disposições contidas na Lei das sociedades por ações (Lei nº 6404/76 e alterações), legislação específica aplicável a entidades de fins não econômicos, Normas Brasileiras de Contabilidade, mais especificamente as ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa – Os valores contabilizados neste subgrupo, representam moeda em caixa, depósitos à vista em conta bancária e aplicações financeiras, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos *pró-rata* dia até a data do balanço sendo que estas aplicações são realizadas em instituições financeiras de reconhecida solidez. Os valores de aplicações financeiras com restrições são aquelas oriundas e subvenções a realizar.

b) Contas a Receber de Clientes – As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e enviado às Operadoras de Planos de Saúde, aos gestores do SUS e de contas particulares ainda não recebidas.

c) Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – EPCLD – Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos e foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, levando-se em consideração a inadimplência e as glosas ocorridas nos últimos três anos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

d) Imobilizado e Intangível – Os bens integrantes do Imobilizado e Intangível estão demonstrados pelo custo de aquisição e corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como custo ou despesa quando incorrido.

e) Depreciação do Imobilizado – A depreciação está calculada sobre os valores de aquisição pelo método linear e de acordo com as taxas estabelecidas na legislação societária vigente, consideradas adequadas pela administração.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/07, na Deliberação CVM nº 527 e na NBC TG 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil excede o valor de mercado, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. No período não foram apontadas divergências relevantes que obrigasse a Entidade a registrá-las em sua contabilidade.

g) Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. A liquidação das transações envolvendo essas provisões poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. As demonstrações contábeis da Entidade incluem, também, estimativas referentes a provisões necessárias para passivos contingentes trabalhistas. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas.

h) Regime de Competência – Critérios de Apuração de Receitas e Despesas – As receitas e despesas foram reconhecidas de acordo com o Regime de Competência, exceto as receitas de doações e subvenções que são reconhecidas de acordo com a realização das despesas a elas vinculadas, de acordo com a NBC.

i) Aplicação dos Recursos – As receitas da Entidade foram aplicadas integralmente em território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

j) Apuração do Resultado – O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato, valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

k) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes – Os ativos e passivos de até 360 dias estão demonstrados no circulante. Os ativos e passivos com vencimento acima de 360 dias ou que não tenham data definida para realização estão classificados como não circulantes.

l) Ajuste a Valor Presente – Em cumprimento a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 19.17 - Ajuste a Valor Presente e a Lei nº 11.638/07, foi efetuada análise específica quanto à necessidade ou não de aplicação do procedimento de Ajustes a Valor Presente, não sendo apurado nenhum efeito significativo ou relevante que justificasse, nos ativos e passivos, a adoção deste procedimento.

m) Obrigações Trabalhistas – As obrigações trabalhistas, sociais e tributárias foram registradas de acordo com o quadro de funcionários, as provisões e os encargos delas decorrentes, estando os referidos encargos registrados pelo valor histórico.

n) Contas a Pagar a Fornecedores – Os valores a pagar à fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros.

o) Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC – Foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/09 e também com a Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, sendo utilizado o método de fluxo de caixa indireto.

p) Demonstração dos Resultados Abrangentes – Foi incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, não apresentando variações.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e os equivalente de caixa estão assim compostos:

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.321.917,63	1.133.242,67
Bancos Conta Corrente	2.065.665,40	599.281,90
Banrisul CC 885101	0,00	851,08
Banrisul CC 885102	0,36	14.205,49
Banco Sicredi CC 798564	385.828,32	29.527,80
Banco Sicredi CC 804105	106.509,36	4.821,36
Banco Sicredi CC 872974	7.613,81	0,00
Banco Sicredi CC 802254	255.348,24	15.559,26
Banco Sicoob CC 363219-9	15,32	0,00
Banco Unicred CC 0432490	409,07	355,14
Banco Sicredi CC 87306-1	53.688,69	0,00
Banco Sicredi CC 13094-4	0,00	1,00
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	1.256.252,23	533.960,77
Aplicação Financeira Sicredi 802254	2.210,00	0,00
Aplicação financeira Sicredi 13094-4	595.165,30	493.439,67
Aplicação Sicredi 79856-4	0,00	868,14
Aplicação Financeira Unicred -	658.876,90	0,00
Aplicações Financeiras - Caixa Econ. Federal Conta 3106-7	0,01	7.694,12
Aplicação Financeira - Caixa Econ. Federal Conta 1979-2	0,02	31.958,84

NOTA 5 – EPCLD – ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A EPCLD – Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa não foi constituída por não haver base de cálculo de perdas.

NOTA 6 – VALORES A RECEBER PENDENTES

São valores em atraso a receber de órgãos públicos, constituídos nos últimos anos, assim composto:

	Saldo em 31/12/2024
Total Contas a Recber	3.002.767,70
Valores a Receber NFSE Emitida	771.761,58
Valor a Receber ABC - Canoas	625.306,43
Valor a Recber Município Novo Hamburgo - RS	116.455,15
Valor a Recber Estado do Rio Grande do Sul	30.000,00
Valores a Receber Pendentes	2.231.006,12
Valor a Receber Município de Bagé - RS	2.231.006,12

NOTA 7 – IMOBILIZADO

A movimentação do Imobilizado, Investimentos e Intangível no exercício de 2024 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2023	Entradas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado	79.172,90	46.913,21	(11.957,89)	114.128,22
Utensílios	9.375,00	0,00	0,00	9.375,00
Mobiliários	80.851,00	0,00	0,00	80.851,00
Máquinas e Equipamentos	23.110,45	46.913,21	0,00	70.023,66
(-) Utensílios	(4.266,24)	0,00	(937,50)	(5.203,74)
(-) Mobiliários	(28.639,15)	0,00	(8.085,10)	(36.724,25)
(-) Máquinas e Equipamentos	(4.478,16)	0,00	(2.935,29)	(7.413,45)
Bens Recebidos em Comodato	3.220,00	0,00	0,00	3.220,00

NOTA 8 – RECEITAS

Em atendimento a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins, são mensuradas pelo valor original recebido ou a receber, com base nos atendimentos efetuados. Outras receitas (fins e sustentáveis) também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade.

NOTA 9 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JURÍDICAS

A provisão para contingências jurídicas foi ajustada baseada em relatórios fornecidos pelos advogados da Entidade, sendo o saldo de R\$ 30.000,00 para causas trabalhistas dadas como prováveis de perda, valor este contabilizado. Para causas dadas como possíveis não ficou estipulado o valor.

NOTA 10 – GANHOS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RECUPERADOS

São valores oriundos de ganhos com a compensação de valores de débitos tributários com créditos tributários de terceiros para o pagamento do INSS.

NOTA 11 – DO RESULTADO DO PERÍODO

O *déficit* do período de 2024 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, em especial no item 15, que descreve que o *superávit* sem restrição ou o *déficit* do exercício deve ser incorporado a conta de Patrimônio Social.

Novo Hamburgo, 31 de dezembro de 2024

Edilene Catucha Kailer Martins
CPF: 042.016.069-88

RODRIGO NAVARRINA SOARES
CRCRS: 089275/O-1
CPF: 820.619.040-68

Declaração de Independência

**A Diretoria do
GRUPO SOLUÇÃO EM GESTÃO
Novo Hamburgo, 22 de dezembro de 2025.**

Em conexão com nossos trabalhos de Auditoria Externa relacionados à emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, declaramos que a Schimitt Auditores S/S é independente em relação ao GRUPO SOLUÇÃO EM GESTÃO, e não houve conflito de interesse no processo de verificação de dados relativos às informações de acordo com as regras do Auditor Independente e do Código de Ética da Profissão.

**SCHIMMIT AUDTORES SS
ROBSON GASS
CRCRS-2.589 CRCRS 069769/O-4**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**A Diretoria da
GRUPO SOLUÇÃO EM GESTÃO
Novo Hamburgo – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **GRUPO SOLUÇÃO EM GESTÃO** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **GRUPO SOLUÇÃO EM GESTÃO** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Declaramos que não existem assuntos a serem reportados como principais assuntos de auditoria.

Outros assuntos

Auditoria correspondente ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, não foram anteriormente por nós examinadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações

contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 22 de dezembro de 2025.

ROBSON
GASS DE
OLIVEIRA:90
309510015

Assinado de
forma digital por
ROBSON GASS DE
OLIVEIRA:9030951
0015

Dados: 2025.12.22
15:26:47 -03'00'

SCHIMMIT AUDITORES SS
ROBSON GASS
CRCRS-2.589 CRCRS 069769/O-4